



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM NABUCO – PE  
SECRETARIA DE CULTURA  
CNPJ. 10.192.441/0001-96



PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 035/2025  
INEXIGIBILIDADE nº. 010/2025

DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Cuida-se de processo administrativo para contratação de atração artística musical para fazer animação durante as festividades pela emancipação Política de Joaquim Nabuco.

É sabido que anteriormente à contratação de qualquer empresa para realização de obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações, a Administração Pública deverá respeitar a premissa maior que impõe a prévia realização de licitação.

No entanto, em que pese a necessidade de se proceder ao certame licitatório, em algumas ocasiões, a Lei nº. 14.133/2021 dispõe, em seu artigo 72, exceções a esta regra geral, dispensando o administrador de realizar o certame licitatório por razões de conveniência, valor da contratação, urgência, impossibilidade de concorrência, etc.

No artigo 74 da nova legislação, estão dispostas as hipóteses de inexigibilidade de licitação e em seu inciso II está prevista a situação de contratação direta de profissional do setor artístico de reconhecimento do público ou crítica especializada.

No presente caso, vemos que a Administração Pública de Joaquim Nabuco deseja contratar o show da Banda Cavaleiros do Forró para a apresentação nas festividades de Emancipação Política e que tal contratação ocorrerá por meio da empresa MUSICAL CAVALEIROS DO FORRÓ LTDA., com sede na Avenida Rodrigues Alves, n.º 800, sala 1103, Tirol, Natal - RN, inscrita no CNPJ n.º. 01.402.019/0001-27, detentora de exclusividade de representação.

Ao solicitarmos propostas de preços constatamos que ficou orçada em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), valor compatível com os praticados em contratos com outros municípios.

Assim, essas são as razões que justificam a contratação nos termos do artigo 74, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133 de 1 de abril de 2021.

### DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O artigo 74, inciso II, da Lei Federal n.º. 14.133, de 01 de abril de 2021, estabelece in verbis:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

II - Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM NABUCO – PE  
SECRETARIA DE CULTURA  
CNPJ. 10.192.441/0001-96



Pelo dispositivo acima reproduzido, se depreende que, nas situações em que se contrata artistas do ramo do entretenimento musical de forma direta ou por empresário exclusivo, a obrigatoriedade do certame licitatório é inexigível.

No caso concreto, parece cristalino a ocorrência da situação de prevista em Lei, em que se pode comprovar pela observância dos documentos acostados aos autos.

#### DA RAZÃO DA ESCOLHA

A razão da escolha da Banda Cavaleiros do Forró para a apresentação artística nas festividades de emancipação Política está amparada, fundamentalmente, pela consagração do artista pela opinião pública, sendo muito conhecida pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular em âmbito regional.

Não paira nenhuma dúvida que a banda possui reputação, experiência e talento artístico compatíveis com a dimensão do evento que se propõe a realizar a Administração Municipal.

A justificativa da inexigibilidade nesta hipótese é a inviabilidade de competição, uma vez que não há critérios que possam aferir a melhor proposta, não havendo, portanto, condições para a realização do procedimento licitatório.

Como afirma Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM NABUCO – PE  
SECRETARIA DE CULTURA  
CNPJ. 10.192.441/0001-96



“... artista, nos termos da lei, é o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública” (Contratação Direta Sem Licitação: modalidades, dispensas e inexigibilidade de licitação. 5 ed. Brasília: Editora Brasília Jurídica, 2000, p. 532).

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Para a justificativa de preços foram anexados contratos de outras apresentações e foi verificado que o preço proposto é compatível com o que já vinha sendo praticado anteriormente.

Desta forma, com fundamento no artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, autorizo a contratação direta em razão da inviabilidade de competição.

Publique-se extrato deste ato no sítio eletrônico do Município de Joaquim Nabuco, de acordo com o Parágrafo Único do Art. 72 a Lei Federal nº. 14.133/2021.

Joaquim Nabuco, 02 de junho de 2025.

ANTONINO MATIAS GOMES DO  
NASCIMENTO:02327035406

Assinado de forma digital por  
ANTONINO MATIAS GOMES  
DO  
NASCIMENTO:02327035406

---

Secretário de Cultura